

Gestão Compartilhada da Floresta da Tijuca III

Categories : [Pedro da Cunha e Menezes](#)

A campanha eleitoral para escolher o primeiro prefeito do Rio no século XXI foi acirrada. Discutiu-se o metrô da Pavuna, o emissário da Barra da Tijuca, os pãezinhos que (afinal não) faltavam nas escolas da Zona Oeste, a lei de apart-hotéis e o túnel do Leblon. Discutiu-se, sobretudo, o meio ambiente.

Vencedor da disputa, César Maia passara toda a campanha tripudiando seu maior adversário com ataques ao nível de poluição da Lagoa Rodrigo de Freitas e à gestão ambiental da Cidade. Com efeito, o alcaide chegou a afirmar que transformaria a área de meio ambiente em prioridade número um de seu governo, transformando-a em uma “Super-Secretaria”.

Eleito, César Maia antes mesmo de assumir visitou o Corcovado e, apesar de ter preterido Alfredo Sirkis, cujas credenciais verdes são irretocáveis, escolheu para o comando da Secretaria de Meio Ambiente o deputado Eduardo Paes, homem de sua inteira confiança. Manteve nos cargos o diretor do Zoológico e o presidente da companhia de limpeza urbana, a Comlurb. Tudo levava a crer que sua promessa de campanha tinha sido pra valer.

Em reunião de transição com a equipe da área ambiental de Luís Paulo Conde, Paes mostrou-se muito interessado nos problemas da pasta que assumiria em janeiro de 2001. Chegou mesmo a marcar duas visitas ao Parque Nacional da Tijuca. Infelizmente, por razões que jamais foram esclarecidas, as visitas acabaram por não acontecer e Paes assumiu a Secretaria sem conhecer os pontos fracos e fortes do Convênio da Gestão Compartilhada, que atravessava então momento de enorme sucesso.

Para dirigir a Floresta, Paes nomeou um jovem colaborador seu. Embora totalmente estranho à área ambiental, o novo diretor-executivo tinha a seu favor ser morador do Alto da Boa Vista, bairro vizinho ao Parque Nacional. Assumiu com gana de fazer um bom trabalho. Modificou de pronto a equipe, mandando para casa (sem substituta) a competente técnica em turismo que fazia a ligação do Parque com a Riotur, a Embratur e a indústria turística carioca (leia-se Corcovado, Bondinho, Trilhas, Hotel das Paineiras, Vista Chinesa, Heliporto do Mirante Dona Marta etc.). Em seguida, trocou o vice-diretor executivo, colocando em seu lugar Sônia Peixoto, ex-diretora do Parque antes da gestão compartilhada. Esta última, se tinha contra si o fato de ter sido ferrenha opositora à participação da Prefeitura na administração da Floresta e por extensão à gestão compartilhada, agregava a seu favor experiência anterior no cargo e o inestimável apoio político de Alfredo Sirkis, agora secretário de Urbanismo do novo governo.

A equipe, malgrado a demissão da técnica de turismo, em tese, era boa e tinha tudo para continuar levando o processo a bom termo. No início, foi dado continuidade ao processo de

realizações da administração anterior. O Centro de Visitantes foi concluído e inaugurado; o elevador do Corcovado e as obras de embelezamento do Cristo terminaram a contento e foram entregues à população, o Parque Lage e a Serra dos Pretos Forros foram incorporados ao Parque Nacional da Tijuca, os novos veículos encomendados foram entregues pelo Ibama. Por outro lado, as obras contratadas para a edificação de guaritas nas entradas do Parque foram interrompidas; seu orçamento remanejado para a construção de uma Casa do Pesquisador, que permanece até hoje ociosa. Medida de impacto consistiu em trocar o logotipo do Parque por um novo símbolo que tivesse a cara da administração que assumia. Afinal, no Brasil as administrações são sempre mais importantes que as coisas administradas.

Enquanto isso, por incrível que pareça, ninguém se deu ao trabalho de LER o Convênio. As reuniões mensais da Comissão da Gestão Compartilhada que emprestavam ao diretor-executivo peso político e lhe davam acesso direto aos secretários Municipais de Obras, Urbanismo, Meio Ambiente, entre outros, foram descontinuadas; a Sociedade de Amigos, por incômoda e reivindicadora, foi desprestigiada.

As consequências não demoraram a se fazer sentir. O diretor-executivo deixou de ter acesso direto ao prefeito, como acontecia na administração Conde. A distância do "Sol" aos poucos refletiu-se na perda da sua capacidade de mobilizar recursos humanos e materiais dentro da prefeitura. Os secretários começaram a evitar atender aos seus telefonemas; a Guarda Municipal retirou o logotipo do Parque do uniforme de seus homens lotados na Floresta e removeu os guardas que haviam sido treinados em atividade florestal, colocando-os para combater camelôs e policiar o asfalto de bairros de concreto. Além disso, reduziu o efetivo e retirou a autoridade hierárquica que o diretor-executivo anteriormente detinha sobre os guardas lotados na Floresta. Em consequência, as patrulhas no mato cessaram. Não tardou para que os assaltos na Pedra da Gávea e na Trilha Parque Lage-Corcovado recomeçassem (vide a coluna [Rio: Paraíso ou Inferno do Ecoturista?](#) aqui em **O Eco**). No setor Floresta os caçadores voltaram a agir impunemente.

Por seu lado, o Ibama percebeu o desinteresse desidioso do Governo municipal e o crescente isolamento do diretor-executivo. Renegociou o Convênio em bases menos favoráveis para o Município. A vice-diretora, indicada pelo secretário de César Maia, Alfredo Sirkis, e chancelada pelo Ibama, afastou-se da prefeitura e passou a reportar-se diretamente a Brasília. Representada por ela nos Congressos Brasileiros e Internacionais de Parques Nacionais, a "cara" da Floresta deixou de ser a da Gestão Compartilhada. Aos poucos, esborrou-se o projeto "Uma Só Floresta - Uma Só Equipe".

Agora, passaram a ser dois times a jogar em uma só Floresta (nem sempre do mesmo lado). Prefeitura e Ibama trabalhando no mesmo lugar sem coordenação ou simpatia um pelo outro. A idéia fartamente discutida, inclusive em seminários com a sociedade, de se transformar o Parque em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com identidade jurídica própria e com funcionários e recursos orçamentários do Município, da União e da iniciativa privada, foi engavetada.

Sem apoio dos órgãos a que estava ligado, o Parque não conseguiu compilar um documento minimamente razoável para sustentar sua aspiração ao título de Patrimônio Mundial e teve sua candidatura rejeitada pela Unesco. Por essa época, uma ação lamentável de banditismo serviu para mostrar o isolamento e a falta de diálogo do Parque em relação aos órgãos com quem deveria estar intimamente coordenado: ao ser entrevistado pela imprensa logo após um violento assalto à sua casa nas proximidades da Floresta, o então diretor-executivo declarou não saber qual era o Batalhão da PM responsável pelo policiamento da região que também inclui o Parque Nacional por ele administrado.

A essa altura já ficara óbvio que o Parque não interessava àquela administração municipal, exceto pelos seus dividendos eleitorais: o secretário de Meio Ambiente candidato a deputado em 2002; o diretor executivo, postulante à vereança em 2004. Não era o momento para trocá-los, ambos haveriam de fazer campanha arrogando como suas as realizações dos tempos de Luiz Paulo Conde — Sinalização das Trilhas, combate aos caçadores e até a reforma do Cristo, obra cujo crédito maior deveria ser dado verdadeiramente à Fundação Roberto Marinho.

Passadas as eleições, o deputado renovou seu mandato. Por sua vez, o diretor-executivo, derrotado nas urnas, foi para casa. Seu substituto, Celso Junius, tinha melhores credenciais. Oriundo do Mutirão Reflorestamento da Prefeitura, onde fizera excelente trabalho, Celso tinha tudo para dar certo. Mas sozinho não se faz nada. Secretário de Meio Ambiente novo, diretor-executivo novo, desprestígio velho.

A suposta prioridade à área ambiental tão prometida por César Maia na corrida eleitoral de 2000 já tinha caído no esquecimento do cidadão carioca e estava no “beleléu”. A prioridade agora era outra. Enquanto César Maia era candidato a prefeito, o Parque Nacional da Tijuca foi utilizado para ajudar sua reeleição. Mas agora que o prefeito é candidato a presidente, eleitoralmente é melhor criar um factóide político e devolvê-lo ao Governo Federal. Trata-se de sacrificar a Floresta, deixando-a agonizar em abandono, degradação e inanição orçamentária.

Para César Maia não é uma questão do que é melhor para a cidade, mas sim do que é melhor para sua candidatura. Se, para o Rio, um Parque bem cuidado significa mais turistas, mais lazer, melhor qualidade de vida; para o prefeito um Parque mal-cuidado é munição de campanha para bater no Governo Lula. O prefeito sabe que o Ibama sozinho não tem como administrar o Parque. Agonizante e mal-cuidada, a Floresta vira fácil carniça política. Excelente cadáver federal para chutar, quando estiver batendo em Lula na disputa presidencial por vir.

Está certo o César Maia. O eleitor compra essa história, como comprou a história dos pãezinhos que (não) faltavam nas escolas da Zona Oeste; acreditou no discurso anti - nepotismo do prefeito, que acabou nomeando diversos parentes para altos cargos na administração Municipal; acreditou na sua fervorosa fidelidade a Leonel Brizola, a quem anos depois trairia; acreditou na sua repulsa ao PFL propalada nos debates pré-eleitorais; e (por que não?) acreditou na prometida prioridade ao meio ambiente. Certamente, há de se convencer também que César Maia agiu em benefício de

todos os cariocas quando desmanchou um convênio internacionalmente reconhecido como avançado e benéfico para a Floresta da Tijuca e, por extensão, para o Rio de Janeiro como um todo.

Mas há uma esperança: se eleito presidente, César Maia terá sob sua responsabilidade o Ibama. Certamente então saberá tomar todas as medidas necessárias para que a Floresta da Tijuca volte a ter uma administração exemplar, que será motivo de orgulho para todos os brasileiros.